

A área indígena no Brasil corresponde a 11% do território nacional ou a 27 vezes o tamanho da Bélgica. E esconde grandes riquezas minerais



Desde 88, quando foi promulgada a atual Carta, os investimentos em pesquisa na Amazônia caíram de US\$ 154 milhões para US\$ 63 milhões

País dos Índios leva polêmica à revisão

MIRIAN GUARACIABA

As áreas indígenas em todo o país

BRASÍLIA — A comparação é inevitável: são oito países europeus juntos ou nada menos do que 27 vezes a Bélgica. As reservas pertencentes aos 200 mil índios brasileiros somam mais de 900 mil quilômetros quadrados, ou 11% do território nacional. E, como se essa imensa área não bastasse para sustentar a polêmica em torno de um dos temas mais explosivos que o Congresso irá revisar, os grupos indígenas que habitam a Amazônia escondem algumas das mais importantes jazidas de ouro, diamante e cassiterita do país.

O país dos índios é consequência da Constituição de 1988, que obrigou o Governo a acelerar os programas voltados para as áreas indígenas — o que não foi respeitado. Até 5 de outubro último, cinco anos após a promulgação da Carta, quando todas as áreas deveriam estar demarcadas, só estavam regulamentadas 50% das 532 reservas, das quais 358 estão na Amazônia.

— Até os índios são contrários às demarcações sem critérios, como vem acontecendo — exagera o governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho.

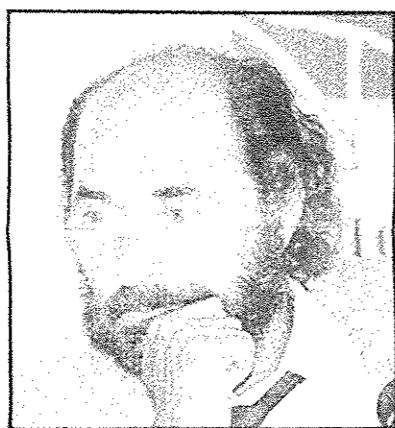
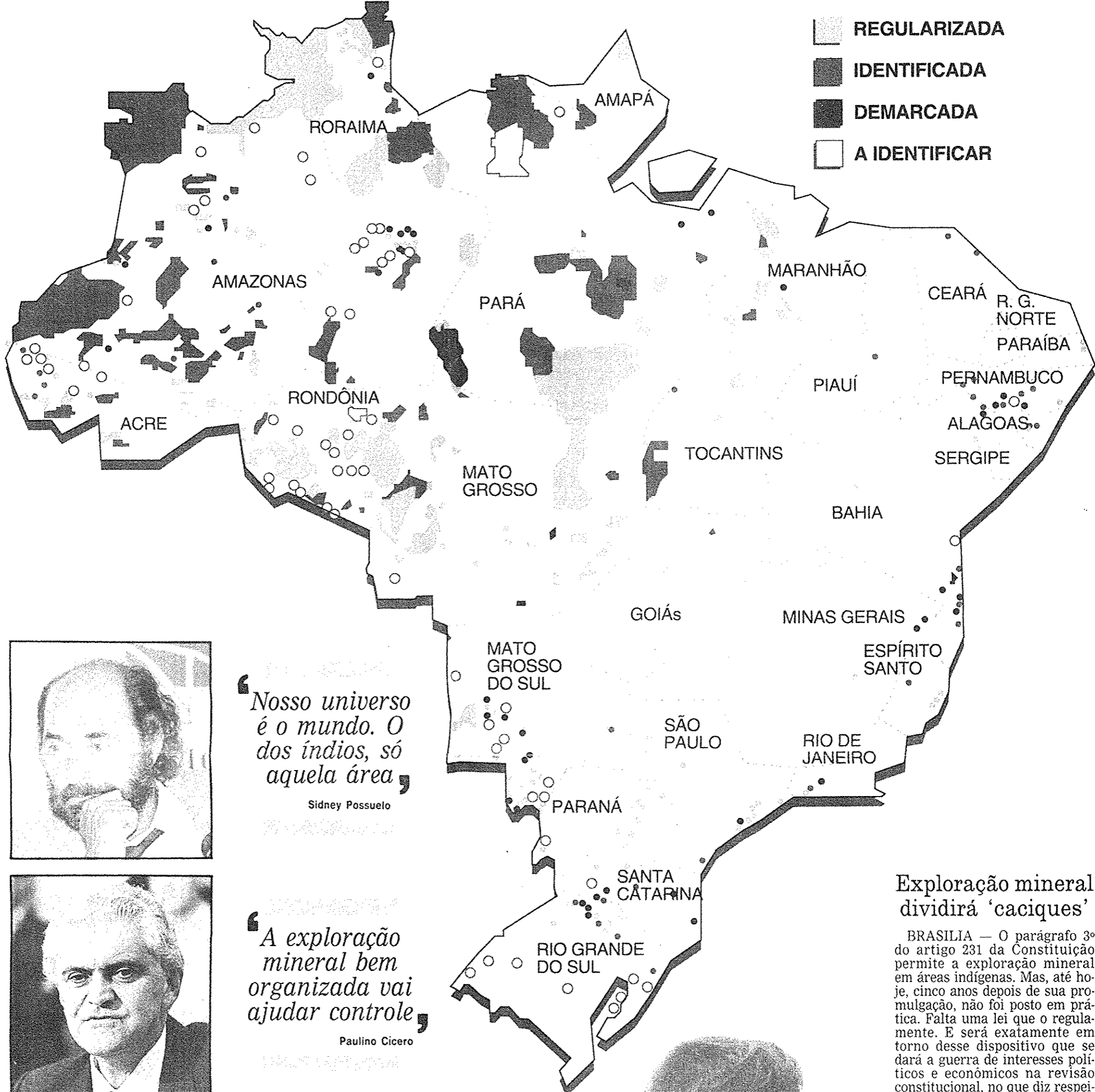
— O nosso universo é o mundo inteiro. O deles é apenas o da área que tradicionalmente ocupam — responde o sertanista e ex-presidente da Funai Sidney Possuelo.

Mestrinho assegura que os tikunas, o grupo mais populoso do Brasil, com 14 mil índios, não querem a demarcação de sua área, no Alto Solimões. E conta, com ar incrédulo, que, se a Funai demarcar aquela área, os índios ficarão com seis municípios, expulsando 250 mil pessoas.

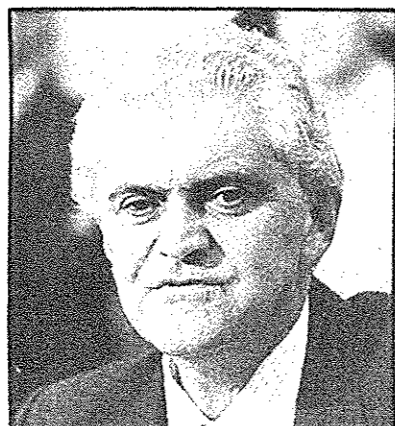
A principal questão, entretanto, não é o tamanho das áreas, mas o que há dentro delas. O ministro das Minas e Energia, Paulino Cicero, insiste que a permissão para a exploração mineral servirá, por isso mesmo, para proteger as populações indígenas. Somente em 1992, em decorrência da presença de garimpeiros, ocorreram 24 assassinatos, 87 mortes por malária, 64 por sarampo.

— Uma exploração organizada, submetida ao Congresso, possibilitará um maior controle por parte do Governo — declara o ministro.

Pelo menos num ponto o ministro pode ter razão. Das regiões indígenas na Amazônia, segundo cálculos subestimados, foram retirados, nos últimos dez anos, por garimpeiros, perto de mil toneladas de ouro.



“Nosso universo é o mundo. O dos índios, só aquela área.”
Sidney Possuelo



“A exploração mineral bem organizada vai ajudar controle.”
Paulino Cicero

Exploração mineral dividirá ‘caciques’

BRASÍLIA — O parágrafo 3º do artigo 231 da Constituição permite a exploração mineral em áreas indígenas. Mas, até hoje, cinco anos depois de sua promulgação, não foi posto em prática. Falta uma lei que o regule. E será exatamente em torno desse dispositivo que se dará a guerra de interesses políticos e econômicos na revisão constitucional, no que diz respeito ao índio.

— Vamos manter a Constituição como está. Essa é a disposição de praticamente todos os 24 membros da Comissão de Defesa do Meio-Ambiente e Minorias da Câmara Federal — garante o deputado Marcos Penaforte (PSDB-CE), presidente da comissão.

Lá do Amazonas o governador Gilberto Mestrinho, opositor das reservas, manifesta disposição contrária.

— Tenho conversado com governadores do Norte, com deputados e senadores. Vamos propor emendas na revisão constitucional. Nada ficará como está — avisa.

O ministro das Minas e Energia, Paulino Cicero, também se preparou para o embate político e considera que apenas a regulamentação do artigo 231 será suficiente para resolver a questão.

— Nós temos uma proposta que já está no Congresso, regulamentando a exploração mineral em área indígena — afirma.

Na quinta-feira já está agendada, segundo o ministro, uma reunião entre líderes indígenas, técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral, deputados federais da Comissão de Defesa das Minorias, geólogos e representantes das ONGs para discutir a proposta do Governo Itamar Franco.

●ONG — Em apenas 72 horas, e por menos de US\$ 200, um grupo de seis pessoas pode criar uma Organização Não Governamental (ONG) e pleitear recursos externos em nome dos índios, por exemplo. As exigências são mínimas. Além disso, as ONGs movimentam milhões de dólares, mas ninguém sabe quanto, porque nenhum imposto é cobrado.

Pesquisa mineral encalha sem verba

BRASÍLIA — De 1988 para cá, desde que foi promulgada a Constituição, os investimentos em pesquisa mineral na região amazônica caíram de US\$ 154 milhões (média anual) para US\$ 63 milhões. E por quatro motivos, segundo técnicos do Departamento Nacional de Pesquisas Minerais: as reservas indígenas e ambientais; a insegurança provocada pelos garimpos e garimpeiros em pé de guerra com brancos e índios; os custos elevados da pesquisa, que é de risco total; e a restrição ao capital estrangeiro. O DNPm tem arquivados hoje mais de 800 requerimentos de pesquisa mineral na Amazônia.

— Mas estão todos parados — explica o ministro das Minas e Energia, Paulino Cicero.

— Nada poderá ser feito sem legislação própria.

Com isso, lembra o ministro, não há pesquisas recentes na Amazônia nem se progrediu em relação ao que já se conhecia. Sabe-se, por exemplo, que uma das mais importantes reservas de ouro do país está justamente na área ianomâmi, ao norte do Amazonas, mas não se tem a dimensão da jazida. Na região dos macuxi, em Roraima, há diamante, ouro e cassiterita. Ao norte do Amapá, onde estão os waimiri, mais cassiterita, e na área dos waiapi, ouro. Ao sul do Pará, os caiapós convivem com o ouro de uma expressiva jazida. Além de minerais, há importantes reservas de madeiras nobres em área indígena.

Demarcação consome dinheiro e demora anos

Exatamente a metade das 532 reservas indígenas ainda não está demarcada, registrada ou homologada. O processo, além de demorado, custa muito dinheiro.

A Fundação Mata Virgem, poderosa ONG que nasceu sob a estrela do cantor inglês Sting e a inspiração do cacique Raoni, gastou US\$ 650 mil apenas na demarcação dos 4,9 milhões de hectares da reserva dos Menkragnoti (sub-grupo dos Caiapó), no sul do Pará. A Funai, por sua vez, investiu perto de US\$ 4 milhões para demarcar os nove milhões de hectares dos ianomâmis na fronteira entre a Amazônia, Roraima e a Venezuela.

Para demarcar cinco áreas dos tikunas, no Alto Solimões (AM), a ONG Maguta, patrocinada pelo Governo suíço, investiu perto de US\$ 450 mil. Esses recursos, naturalmente, vêm de fora.

— Não poderia ser diferente. A identificação e a demarcação de uma área indígena é um processo que leva até dez anos. Na demarcação, usamos helicópteros em áreas de difícil acesso. E tudo muito caro — explica o sertanista e ex-presidente da Funai Sidney Possuelo, que tem larga experiência na área de índios isolados.

riência na área de índios isolados.

A Funai, para 1993, segundo dados de julho, conta com nada mais que CR\$ 10 milhões reais para demarcação, ou pouco menos que US\$ 67 mil. Isso significa 10% do orçamento total da instituição.

A demarcação de uma área começa com o contato com o grupo indígena. Restam, no Brasil, segundo a Funai, 170 grupos diferentes — e 160 línguas diferentes. Em seguida, são iniciados estudos antropológicos abrangendo o universo mítico, as técnicas usadas, as histórias do passado. A partir daí é que se dimensiona a área.

Possuelo faz questão de lembrar que a Constituição de 1988 é que determina o tamanho da área: “o espaço tradicionalmente ocupado pelo grupo indígena”.

Identificada a área, inicia-se o processo burocrático de decretação, pelo presidente da República, da área demarcada. No campo, o trabalho é puxado: são fincadas estacas de concreto a cada quilômetro demarcado e, em pontos considerados estratégicos, são fixadas placas de bronze com informações sobre a reserva.

